

ADPEMA



Notícias

Informativo da Associação do Defensores Públicos do Estado do Maranhão

Nº 27 - 27/11/2015

ADPEMA Noticias 27



27/11/2015 - Nota aberta da Comissão de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero: #STFTRANSEXUALBANHEIRO



O Supremo Tribunal Federal, no dia 19 de novembro de 2015, iniciou o julgamento do Recurso Extraordinário nº 845.779, de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, referente a possibilidade de uma pessoa transexual feminina utilizar o banheiro feminino e a compensação por danos morais em caso de recusa.

A ANADEP, por sua vez, apoia o voto do Ministro Luis Roberto Barroso e Edson Fachin, no sentido de assegurar a pessoa transexual seu direito a dignidade humana ao poder escolher o banheiro que deseja utilizar e não ser impedido(a) por terceiros. No voto do Ministro Relator se assentou que: “Em todos os casos em que não haja restrição significativa a direitos de terceiros ou a qualquer valor coletivo merecedor de tutela jurídica, o Estado deve adotar uma postura ativa contra o preconceito e a intolerância, protegendo as escolhas existenciais das pessoas, inclusive, no presente caso, por meio da afirmação do direito de serem tratadas socialmente em consonância à sua identidade de gênero.”

Nessa questão, deve ser observado o respeito à diversidade e a proteção da dignidade humana. Bem se sabe que as travestis e transexuais, assim como todas as pessoas, apresentam a necessidade de utilização do banheiro e a elas deve ser garantido esse uso, em conformidade com sua identidade de gênero, como forma de se preservar a dignidade humana dessas cidadãs. Desse modo, se elas se veem como pertencentes ao gênero feminino deve a elas ser assegurado o direito de uso do banheiro feminino. Impor-lhes a utilização de banheiro não compatível com sua identidade de gênero constitui conduta discriminatória e incompatível com o respeito à diversidade. Convém ressaltar que a identidade de gênero não deflui exclusivamente da conformação biológica do indivíduo, mas pode ser decorrência de um sentimento pessoal, desvinculado da anatomia corporal. Desse modo, assim como a identidade de gênero de mulheres, com estrutura física feminina, deve ser respeitada, também deve ser a identidade de gênero decorrente de como a pessoa se percebe e age socialmente.

É possível conciliar a utilização do banheiro feminino por mulheres cisgênero e mulheres transexuais ou travestis, tendo em vista que as travestis e transexuais sentem-se como mulheres e agem socialmente como mulheres, assim como as mulheres que assim o são por determinação biológica. Em razão disso, as travestis e transexuais são mulheres e assim devem ser tratadas na utilização do banheiro e em qualquer ocasião de suas vidas sociais.

Por outro lado, a criação de banheiro exclusivo ao público LGBT ou a travestis e transexuais também constitui medida de segregação, incompatível com o respeito aos direitos humanos. Isso porque submete-as ao constrangimento de terem que utilizar um “banheiro exclusivo” e impinge rótulo segregacionista e discriminatório a elas que, cabe enfatizar, percebem-se e sentem-se como mulheres e querem ser tratadas exatamente como mulheres que são.

Da mesma forma, não se vislumbra incompatibilidade alguma entre a utilização do banheiro por travestis e transexuais e por outras mulheres e meninas, uma vez que todas são mulheres. A utilização comum do banheiro, além de ser a medida mais adequada, pois não implica em discriminação e preconceito, ainda possibilita o incentivo à promoção da diversidade. Incentiva que mães, ao se depararem com travestis e transexuais, se questionadas por suas filhas, digam-lhes que elas também são cidadãs e ensinem que a sociedade é plural e diversa, conscientizando-as sobre a necessidade de respeito à diferença.

Desse modo, digno de nota o voto do relator, Ministro Luís Roberto Barroso, no RE nº 845.779, que assevera que: “Os transexuais têm direito a ser tratados socialmente de acordo com sua identidade de gênero, inclusive na utilização de banheiros de acesso público”.

Para a ANADEP, por intermédio de sua Comissão de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, o voto proferido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, vai de encontro aos objetivos constitucionais de uma sociedade mais justa e igualitária, motivo pelo qual é apoiado, tendo em vista a preservação do direito a diversidade sexual e o combate à discriminação do público Transexual e Travesti.

Fonte: Ascom/ANADEP

27/11/2015 - Sem Pena é lançado em DVD



Com seis prêmios e um ano após a estreia nos cinemas, o DVD do documentário Sem Pena, produzido pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) em parceria com a Heco Produções, foi lançado e distribuído para vendas em livrarias de todo o país. No DVD, o filme conta com legendas em inglês, além de trailer e clipes extras de divulgação.

Durante 87 minutos, o longa dirigido por Eugênio Puppó retrata as adversidades vividas pelas pessoas presas e processadas criminalmente e para tanto apresenta vários depoimentos, além de testemunhos de juízes, promotores, advogados e especialistas do sistema de justiça criminal. A partir de imagens impactantes de prisões brasileiras, o documentário pretende estimular uma análise crítica da realidade do sistema de justiça, destacando temas relativos à alta taxa de encarceramento e a falta de acesso à justiça no Brasil. “Foi a primeira vez que utilizamos o cinema como meio de amplificar o debate e denunciar os problemas da justiça criminal brasileira e a falência do sistema prisional nacional. E o resultado foi extremamente positivo”, ressalta Marina Dias, Conselheira do IDDD e idealizadora do filme.

Desde o seu lançamento, o documentário vem sendo exibido Brasil afora e já foi visto por mais de 22 mil espectadores. Nos três primeiros meses ele ficou em cartaz no circuito comercial do Espaço Itaú de Cinema, passando por 12 cidades brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e Vitória, atingindo um público de mais de 6 mil pessoas.

Já a partir de fevereiro de 2015, o filme entrou em um processo de difusão social e começaram a ser realizadas exposições itinerantes em locais diversos, como órgãos públicos, escritórios de advocacia, organizações sociais, coletivos, escolas e universidades. No total, nesse circuito alternativo foram realizadas 212 sessões, somando um público de 16,4 mil espectadores. Muitas dessas exposições foram acompanhadas de debates sobre o sistema prisional brasileiro, alguns deles com a presença de Hugo Leonardo, Diretor do IDDD responsável pelo projeto. Entre esses eventos, vale destacar o Cine-Debate da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, realizado em abril, no Centro Cultural Banco do Brasil; a exposição idealizada pela Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e realizada no prédio dos gabinetes dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em agosto; e em setembro, mês em que se relembra o Massacre do Carandiru, a participação na mostra de filmes temática realizada no Centro Universitário Maria Antônia. Outra exposição, seguida de debate sobre o sistema carcerário, que merece destaque aconteceu durante a Jornada de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), realizada em outubro. “Nessas sessões de cinema e debates pude acompanhar de perto a sensibilização dos mais diversos públicos, que vão desde autoridades públicas até jovens e pessoas com pouco conhecimento sobre o sistema de justiça criminal brasileiro. Esse processo tem o poder de contribuir de uma forma sem precedentes para a nossa luta pelo respeito ao direito de defesa e à presunção de inocência, pela democratização do acesso à justiça e pelo fim do encarceramento em massa”, ressalta Hugo Leonardo, diretor do IDDD responsável pelo projeto.

Premiações

Desde o seu lançamento o Sem Pena tem sido reconhecido em diversos festivais de cinema. Em 2014, foi eleito pelo júri popular o melhor filme do 47º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, prêmio de público mais importante do evento. Em abril de 2015, conquistou o prêmio da crítica de melhor documentário no 41º Festival Sesc Melhores Filmes e no mesmo mês o longa recebeu uma menção honrosa no 6º FESTin – Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa, em Lisboa. Já em agosto, o documentário levou três prêmios no 38º Guarnicê Festival de Cinema, foram eles: Melhor Filme Longa Metragem, Melhor Direção (Eugênio Puppó) e Melhor Direção de Fotografia (Jorge Maia).

A ADPEMA tornou-se exibidora oficial do Documentário Sem Pena, e já apresentou o documentário durante curso de formação de profissionais que recém ingressaram no sistema penitenciário do estado do Maranhão no mês de outubro passado.

Fonte: Ascom/ANADEP

27/11/2015 - Defensoria Pública de Santa Inês/MA marca destaque na 10ª Semana Nacional da Conciliação



A 10ª Semana Nacional da Conciliação, movimento fomentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), teve início nessa segunda (23), sendo finalizada nessa sexta (27).

A exemplo da adesão dos diversos tribunais do país, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão participou ativamente do movimento.

Na 3ª Vara da Comarca de Santa Inês/MA, no Fórum Desembargador João Miranda Sobrinho, foram realizadas 100 (cem) audiências de conciliação em diversas matérias, como ações, revisões e exonerações de alimentos, investigações e negatórias de paternidade, divórcios, reconhecimentos e dissoluções de união estável, dentre outras temáticas.

A Defensoria Pública de Santa Inês/MA, representada pelos Defensores Públicos titulares Alex Pacheco Magalhães e Rafael Caetano Alves Santos, marcou presença relevante no desempenho dos trabalhos e nos acordos ocorridos.

Segundo o Defensor Rafael Caetano, “a Semana Nacional da Conciliação chama a atenção da sociedade para as vantagens da desjudicialização”. Para o Defensor Público Alex, “há sem dúvidas um ganho inestimável aos nossos assistidos, ao verem os seus pleitos serem atendidos e a solução das demandas em tempo célere”. “As próprias partes que são as responsáveis por apontarem o caminho e decidirem o conflito existente”, completou.

Conforme observado, as formas alternativas de solução de conflitos ganham atenção especial no atual cenário da Justiça. Ademais, vale lembrar que a conciliação inclusive recebeu tratamento diferenciado no novo Código de Processo Civil, que a torna etapa obrigatória.

Participaram das audiências de conciliação: servidores, juízes, promotores e defensores.

26/11/2015 - ADPEMA participa de III Edição do Projeto "Debater para Crescer"



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), a convite da Supervisão do Serviço de Assistência Biopsicossocial de Assistência aos Servidores Penitenciários do Maranhão, participou da III Edição do Projeto "Debater para Crescer".

O projeto da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Estado (SEJAP), que visa estimular o debate crítico com temas específicos da realidade do sistema penitenciário maranhense, contou com a exibição de documentário "Sem Pena" pela ADPEMA. A exibição ocorreu na tarde de ontem (25), na Escola de Governo do Estado do Maranhão - EGMA e contou com um debate ao final.

O público presente era composto de diferentes profissionais que trabalham nas unidades prisionais do Maranhão, como diretores de unidades, agentes penitenciários, enfermeiros, entre outros. Após a exibição do filme, a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, participou de um debate com os profissionais acerca do filme.

A ADPEMA tornou-se exibidora oficial do Documentário Sem Pena, e já apresentou o documentário durante curso de formação de profissionais que recém ingressaram no sistema penitenciário do estado no mês de outubro passado.

Acompanhe o site do premiado Documentário Sem Pena: <http://www.sempena.com.br/>

26/11/2015 - Movimentos sociais apoiam autonomia da DPE em Roda de Diálogos promovida pela ADPEMA e Ouvidoria Externa



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) e a Ouvidoria Externa da DPE/MA, representada pela Ouvidora Rosicléia Costa, promoveram, na última terça-feira (24), uma roda de diálogos com movimentos sociais e sociedade civil organizada. Durante a atividade,

foi também assinada uma Carta Aberta, organizada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), para manutenção da autonomia da Defensoria Pública.

No primeiro momento, representantes de Movimentos Sociais; Defensores Públicos e representantes de entidades de classes apresentaram-se como forma de compreensão de suas áreas de atuação. Logo em seguida, Rafael Silva, *advogado* membro da *Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap)*, destacou em sua fala a importância da Defensoria Pública como instituição de defesa dos vulneráveis. “Tentar retirar a autonomia da Defensoria Pública é tentar atacar diretamente os mais pobres. Precisamos fortalecer esta instituição e ter ainda projetos concretos que venham auxiliar estas pessoas”, ressalta.

A Presidente da ADPEMA, Clarice Viana Binda, fez uma forte defesa em torno da independência da Defensoria Pública. “É necessário cobrar do poder público essa manutenção, de suma importância para um atendimento de qualidade. O Defensor Público tem a missão não de dar voz aos assistidos, mas fazer com que suas vozes sejam ouvidas por toda a sociedade, e isso só é possível com a garantia de autonomia e independência dos Defensores. Frente a isso, a ANADEP, ANADEF, DPU e CONDEGE articulam-se com o apoio da ADPEMA para que continuemos nesta luta”, ressalta. O Defensor Público, Werther Júnior, pediu o apoio de todos os movimentos sociais presentes ao evento a fim de unir forças para fortalecimento da Defensoria Pública.

A Ouvidora Externa da DPE/MA, Rosicléia Costa, falou em nome da sociedade civil organizada, enfatizando a necessidade da realização de concurso público para formação de quadro próprio de servidores da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. A Defensora Pública do Estado, Mariana Albano ressaltou durante a roda de diálogo os avanços alcançados pela Defensoria Pública com a interiorização, levando mais serviços para o Estado. O Subdefensor Geral do Estado Thiago Josino também esteve presente e demonstrou sua satisfação em ver a participação dos movimentos sociais, citando a Defensoria Pública como uma “casa de acolhida que visa ajudar pessoas que não teriam condições de pagar um advogado”.

Posteriormente, diversas lideranças e integrantes ressaltaram seus anseios mediante os serviços da Defensoria Pública, elogiando a atual gestão da Associação e da Ouvidoria, ao valorizarem o diálogo aberto com a sociedade civil organizada.

Ao final, os presentes assinaram a Carta Aberta para os Movimentos Sociais e Sociedade Civil Organizada, idealizada pela ANADEP com o objetivo de destacar à sociedade a importância da **AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA** para o acesso à Justiça, a ampliação dos serviços oferecidos pela Instituição e a defesa dos direitos sociais e à cidadania.

MOVIMENTOS POPULARES PARTICIPANTES DO EVENTO

Conheça as lideranças e representantes da sociedade civil que assinaram a Carta Aberta de chamamento dos Movimentos Sociais para a defesa da Autonomia da Defensoria Pública:

- 1- Ana Lucia Furtado da Silva (Associação dos Produtos Hortifrutigranjeiros de Paço do Lumiar);
- 2- Eliane Rocha Silva (Associação dos Produtos Hortifrutigranjeiros Paço do Lumiar);
- 3- Ariana Gomes da Silva (Movimento Interestadual das Quebradeira de coco babaçu - MIQCB);
- 4-Alzira Pacheco (Associação Sorriso da Criança);
- 5- Clemir Batista da Silva (Comissão Pastoral da Terra);
- 6- Carlos Sergio de Araújo (Associação dos Conselheiros e Ex- Conselheiros do Maranhão - ACECTMA);

- 7- Erica Abreu (Ouvidoria de Segurança);
- 8- Izaque Santos Pereira (Radio Comunitária Bacanga);
- 9- Jorge dos Santos Silva (Instituto Centro Comunitário Bairro de Fátima);
- 10- Josima Silva Serra (Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais);
- 11- Joseth Silva de França (Instituto Transformar Vila Embratel);
- 12- Liliane Maria Silva (Casa de Apoio Nosso Lar);
- 13- Maria Domingas Gomes de Barros (Instituto de Amparo a Terra à Sociedade do Alto Paraná - Paço do Lumiar);
- 14- Marlene Gonçalves (Associação de Mães e Amigos de Crianças e adolescentes em risco - AMAR);
- 15- Maria Divina dos Santos Nascimento (Comunidade Renascer);
- 16- Manoel de Jesus Ferreira (Associação de Moradores da Salina);
- 17- Michele do Nascimento (Centro de Integração Social);
- 18- Ney Marques da Silva (Conselho Comunitário de Defesa Social do Pólo Coroadinho);
- 19- Rafael Silva (Membro da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares – RENAP/MA);
- 20- Raimundo dos Santos Martins (Instituto Centro Comunitário Bairro de Fátima);
- 21- Rosana Gonçalves Mendes (Centro Social e Cultural Dom Sebastião);
- 22- Raimunda Nonata Lima (Centro de Apoio e Integração Social a Pessoa com Deficiência);
- 23- Sandra Regina Monteiro (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB);
- 24- Valdemarina da Luz Pereira (União dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Vitória - Paço do Lumiar);

Saiba mais

A ANADEP receberá, até 1º de dezembro, assinaturas para a Carta Aberta dos os movimentos sociais. As associações que obtiverem apoio devem enviar à ANADEP o nome das Instituições que apoiam o movimento e que também irão subscrever o documento para os seguintes endereços eletrônicos: secretaria@anadep.org.br e comunicacao@anadep.org.br. ASSUNTO: Carta Aberta Movimento Sociais.

23/11/2015 - ADPEMA promove debate entre candidatos a conselheiros do Conselho Superior da DPE/MA



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) promoveu, na última sexta-feira, no auditório da Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA) debate entre os candidatos ao cargo de Conselheiros que irão compor o Conselho Superior da Defensoria Pública no Biênio 2016/2017. A eleição será realizada no dia 27 de novembro. A Presidente da ADPEMA, Clarice Viana Binda, e o Corregedor Geral da DPE, Antônio Peterson Rêgo, abriram o debate destacando a importância desse momento para que os defensores possam conhecer as ideias dos candidatos que definirão o futuro da instituição. O tempo de duração da explanação de cada candidato ficou em 20 minutos, e posteriormente abriu-se para o debate.

Entre os candidatos presentes estavam os Defensores Públicos Murillo Guazelli, Gabriel Furtado, Lucio Lins, Bruno Dixon; Davi Rafael Veras e Jorge Luiz Melo. No total são 12 candidatos a conselheiros, sendo além destes os defensores Jean Carlos Pereira, Luis Otavio Moraes, Reynaldo Mendes, Alberto Bastos, Cosmo Sobral e Emanuel Accioly. Os Defensores Públicos, Bernardo Laurindo Santos Filho, Maiele Morais e Denise Nepomuceno também estavam presentes.

Durante o debate, que transcorreu durante toda a tarde, os candidatos destacaram suas propostas. Entre as mais citadas estão a adesão de uma segurança institucional para Defensores; unificação da Defensoria Pública a fim de aproximar os Defensores Públicos que atuam no interior do estado e capital; além de questões relacionadas à regulamentação da promoção na carreira e outras atividades.

[Ver edições anteriores »](#)



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br